

Apresentação

Nos dias atuais, o campesinato é um dos temas mais debatidos por um segmento da geografia agrária, da sociologia rural e da antropologia rural. O NERA, participando desse debate teórico, vem a alguns anos se preocupando com esse conceito, visto a diversas problemáticas que vem ocorrendo no panorama político do Brasil.

O fortalecimento da tendência que defende a dissolução do campesinato no mundo capitalista vem dominando o meio acadêmico e as políticas de Estado, difundindo a idéia da mercantilização e da tecnificação das relações e forças de produção. Essa corrente de pensamento tenta condicionar o progresso econômico promovendo políticas que diferenciam e marginalizam os camponeses não-capitalizados. Os valores e os costumes camponeses, que estão desvinculados do interesse tecno-mercantil, são vistos como um atraso inadmissível.

A insustentabilidade dessa proposta tem apresentado, em toda América Latina, um quadro social de confrontação de movimentos socioterritoriais com governos federais e empresas transnacionais. O campesinato organizado promove manifestações, ocupações de terra e protestos de todas as ordens, agressivos ou pacíficos. A questão em disputa é a sobrevivência de famílias, de comunidades. Possivelmente, é graças a esse enfrentamento que o processo de marginalização não se alastrou de forma mais intensa, uma vez que muitas das políticas sociais que estão em andamento foram conquistas do povo.

A imposição de políticas economicistas continua desprovida de conhecimento das heterogeneidades sócio-culturais, espaciais e ambientais. Já não bastam os insucessos humanos de degradação ambiental e dizimação de comunidades.

A sociologia do conhecimento enfatiza que o sistema de idéias está profundamente relacionado com a prática. Interessante se faz lembrar do raciocínio de Nicolai Bujarín, onde a ciência é uma construção técnica e política determinada pela estrutura classista da sociedade.

À reflexão teórica e empírica sobre resistências e recriações do campesinato, a Revista Nera dedica esse número. Com um excelente artigo do professor Teodor Shanin iniciamos essa edição. Nele são apresentadas contribuições teóricas para a conceituação e desconceituação de camponês. Com lúcida profundidade científica e filosófica, o autor levanta questões que polemizam, ainda mais, os atuais debates da diferenciação do campesinato.

A revista segue com o sociólogo Antonio Alves de Almeida analisando a mística e os símbolos utilizados pela CPT (Comissão Pastoral da Terra) na luta pela terra no Estado de São Paulo.

Em seqüência, a geógrafa Beatriz Maria Soares Pontes nos apresenta um artigo que discute teoricamente a unidade econômica camponesa. Baseada na leitura de Chayanov e de Marx, defende que a lógica da análise marginalista é inaplicável a realidade camponesa, que tem como fim à satisfação de suas necessidades.

Benedita Maria Gomes Esteves nos apresenta parte de sua pesquisa sobre as trajetórias de famílias seringueiras no Estado do Acre e no Departamento de Pando, na Bolívia. A historiadora revela a diferenciação social, política e econômica, existente entre seringueiros da região que resistem ou se recriam em territórios diferentes.

A antropóloga Delma Pessanha Neves expõe uma análise processual da adesão sócio-profissional do extensionismo rural para a constituição dos agricultores familiares, assegurando o reconhecimento econômico e político do setor.

Já a socióloga Hanna Wittman trabalha com a reforma agrária e a produção do local em um assentamento em Mato Grosso, tratando da transferência dos sujeitos de áreas de conflito para o re-assentamento comunitário.

Munir Jorge Felício faz uma leitura geográfica da ação pastoral feita pela Diocese de Presidente Prudente, vinculada à discussão paradigmática da questão agrária e do capitalismo agrário.

Na seção Polêmica, Débora Lerrer interpreta os meios e o conteúdo propagado pela mídia, a partir de três prisões de Diolinda Alves de Souza, mulher de José Rainha Júnior, do MST.

Na seção Relatório de Campo, Norma Giarraca e Jorge Ramón Montenegro Gómez, apresentam um relatório de um trabalho de campo feito pelos membros do GTDR (Grupo de Trabalho Desenvolvimento Rural), do Clacso (Consejo Latino-Americano de Ciencias Sociales), nas regiões do Pontal do Paranapanema e de Ribeirão Preto.

Com o intuito de colaborarmos com o desenvolvimento da ciência, oferecemos esse número. Que a leitura e a discussão sejam promovidas.

Matuzalem Cavalcante

Editor